

CONSTRUINDO CAMINHOS DECOLONIAIS: A FORMAÇÃO DOCENTE COMO ESTRATÉGIA PARA A EQUIDADE EDUCACIONAL E SOCIAL

Joana Batista de Souza¹

Julma Dalva Vilarinho Pereira Borelli²

Daniela Dias Guimarães Proença³

Eixo do trabalho: (x) Pesquisa concluída ou em andamento; () Projeto de extensão concluído ou em andamento; () Relato de experiência.

Resumo

Este estudo visa abordar a urgente necessidade de transformação nas políticas educacionais, focalizando a formação docente como estratégia para a promoção da igualdade educacional e social. O objetivo geral é de refletir sobre a importância de políticas de formação docente decoloniais que capacitem professores para promover uma educação inclusiva, diversa e comprometida com a justiça social, valorizando a pluralidade de saberes e práticas culturais. Este estudo teórico resulta das leituras e reflexões da disciplina Teorias da Educação Moderna e Contemporânea, no primeiro semestre de 2023, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). A metodologia abordada é de natureza qualitativa (Minayo, 1994), foi conduzida por meio de uma revisão bibliográfica documental (Gil, 2002). O avanço teórico deste estudo destaca a urgência de políticas públicas que desafiem a centralidade eurocêntrica, ao mesmo tempo que reafirma o papel transformador da educação na valorização das vozes historicamente marginalizadas. A pesquisa foi fundamentada em autores como Arroyo (2018), Gomes (2011), Grosfoguel (2009), Freire (1987), Quijano (2000), Santos (2013) e Walsh (2005, 2007). Esses autores ressaltam a relevância das práticas pedagógicas como meios de resistência e participação crítica na busca por justiça social e inclusão em contextos diversos. Sob essas circunstâncias, torna-se cada vez mais necessário construir caminhos decoloniais incentivando políticas educacionais, que ajudem a fortalecer a voz das comunidades marginalizadas, permitindo que elas reivindiquem seus direitos e participem de maneira ativa na construção de uma sociedade melhor.

Palavras-chave: Políticas Decoloniais, Educação Inclusiva, Pluralidade Cultural, Equidade, Sociedade.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEdu/Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Universidade Federal de Rondonópolis; E-mail: batista.joana@aluno.ufr.edu.br;

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEdu/Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Universidade Federal de Rondonópolis; E-mail: julma.borelli@ufr.edu.br;

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEdu/Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Universidade Federal de Rondonópolis; E-mail daniela.dias@aluno.ufr.edu.br

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surge a partir das discussões conduzidas durante a disciplina Teorias da Educação Moderna e Contemporânea, no primeiro semestre de 2023, no Programa de Pós-Graduação em Educação do PPGEdu – UFR. Foi nesse contexto que percebi a relevância do tema "Decolonialidade", tanto para o corpo discente quanto para a formação de educadores.

As vivências como educadora em uma instituição pública de ensino básico, em uma turma diversa e multicultural, provocaram reflexões profundas sobre o assunto. Ao longo da disciplina, a curiosidade pela decolonialidade aumentou por meio das leituras e reflexões feitas, evidenciando a possibilidade de uma perspectiva pedagógica decolonial. Este processo evidenciou a importância de um estudo que não só aprofunde esses conceitos, mas também instigue mudanças no âmbito educacional.

A cada novo texto discutido, a necessidade de ampliar e melhorar as práticas de ensino e o pensamento crítico se intensificou. Assim, o trabalho inicial, preparado para atender aos requisitos da disciplina, foi ajustado ao formato aqui proposto, com o objetivo de ampliar as discussões e expandir seu potencial reflexivo.

Os traços do período colonial continuam presentes na sociedade brasileira, manifestando-se em práticas de exclusão e desigualdade que perduram até o século XXI. Esta persistência indica que as colonialidades ainda permanecem, exigindo uma ação que desafie o binarismo teoria e prática. Neste contexto, os pensadores decoloniais adquirem relevância, apresentando perspectivas críticas e estratégias práticas para questionar o sistema capitalista, colonial, patriarcal e moderno.

Quijano (2000) apresenta a ideia de "colonialidade do poder" para explicar a utilização da raça como critério central para a divisão da população em classes, espaços e funções sociais, estabelecendo uma estrutura hierárquica ligada à divisão do trabalho. Walsh (2005) complementa essa perspectiva, argumentando que essa hierarquia racial não só marginalizou identidades culturais específicas, como as de indígenas e negras, mas também as classificou de forma negativa e uniforme.

Nesse sentido, frente às formas de controle do conhecimento, Quijano (2005, p. 126) define a colonialidade do saber como “uma específica racionalidade ou

perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos”. A colonialidade do conhecimento impõe uma interdição às classes populares, historicamente marginalizadas e vistas como inferiores.

Essa naturalização da colonialidade destaca como essas estruturas invisíveis perpetuam desigualdades, enfatizando a importância de questioná-las e modificá-las no âmbito educacional. Nessa perspectiva, a decolonialidade é considerada como caminho para resistir e desconstruir padrões, conceitos e perspectivas impostos aos povos subalternizados durante todos esses anos, sendo também uma crítica direta à modernidade e ao capitalismo (Candau, 2020).

Assim sendo, a visão decolonial vai mais longe do que simplesmente complementar a educação intercultural; ela proporciona uma avaliação crítica das estruturas educacionais, aprimorando-as com processos de ensino que valorizam e incorporam uma variedade de saberes e culturas. Com essa perspectiva, as instituições de ensino podem elaborar currículos e metodologias que não só respeitem a diversidade, mas também favorecem uma educação mais justa e alinhada à diversidade do mundo atual.

Dessa forma, a expectativa é que debates sobre desigualdade, inclusão e diversidade se tornem um componente fundamental do currículo acadêmico e escolar, apoiados por programas de formação e capacitação de professores. Esses projetos são fundamentais para preparar os docentes a reconhecer e confrontar as estruturas coloniais ainda existentes no sistema educacional.

O nosso objetivo geral é refletir sobre a relevância de políticas decoloniais de formação de professores que possibilitem os docentes a promover uma educação inclusiva, diversificada e dedicada à justiça social, reconhecendo a diversidade de conhecimentos e práticas culturais.

Para atingir esse objetivo, iniciamos discutindo o conceito de colonialidade epistêmica e enfatizamos a importância de uma formação de professores sob uma visão decolonial, como uma resposta ativa à hegemonia eurocêntrica que ainda direciona as práticas educacionais.

Ao longo desta trajetória, nosso objetivo vai além de reestruturar a formação dos professores; visa a transformar o ambiente educacional em um local plenamente inclusivo e diversificado. Buscamos estabelecer um espaço onde as diversas vozes e

conhecimentos possam conviver e aprimorar mutuamente o processo de aprendizagem, incentivando uma educação que respeite e valorize a diversidade cultural e intelectual de todos.

A metodologia abordada é de natureza qualitativa (Minayo, 1994), foi conduzida por meio de uma revisão bibliográfica documental (Gil, 2002). A análise detalhada dos fundamentos teóricos estabelece uma sustentação conceitual que apoia a pesquisa com rigor acadêmico e intensifica a consistência e a relevância das discussões propostas.

A nossa abordagem metodológica foi estruturada em duas etapas principais: (I) examinar o entendimento sobre colonialidade epistêmica e a formação de professores numa perspectiva decolonial como uma resposta à hegemonia eurocêntrica na educação; e (II) incentivar uma reflexão mais aprofundada sobre a importância das políticas governamentais como fundamentos essenciais para uma educação que valorize e reconheça a diversidade cultural e os conhecimentos decoloniais.

Assim, Oliveira e Candau (2010) ressaltam que a dificuldade do projeto de emancipação epistêmica possibilita a coexistência equilibrada de diversas formas de conhecimento. Os autores evidenciam que “a questão central do projeto de emancipação epistêmica é a coexistência de diferentes epistemes ou formas de produção de conhecimento” (Oliveira; Candau, 2010, p. 23).

De acordo com Grosfoguel, a ruptura com a colonização eurocentrada se dá através de uma desobediência epistêmica e civil decolonial, que contesta e procura superar a modernidade baseada na perspectiva eurocêntrica a partir “[...] das cosmologias e epistemologias do subalterno, localizadas no lado oprimido e explorado da diferença colonial” (Grosfoguel, 2009, p. 407). Assim, ao valorizar essas epistemologias, sugere uma nova direção que respeita a diversidade de saberes, reconhecendo que existem outras formas de conhecimento tão válidas quanto as ocidentais.

Referencial Teórico

O corpus deste estudo foi constituído a partir de uma revisão bibliográfica baseada em artigos sugeridos na disciplina de Teorias da Educação Moderna e

Contemporânea, fornecendo uma base segura para aprofundar as reflexões e orientar a pesquisa. Em seguida, ampliamos a fundamentação teórica com autores como Arroyo (2018), Gil (2002), Gomes (2011), Grosfoguel (2009), Quijano (2000), Santos (2013), Minayo (1994), Mignolo (2014) Oliveira e Candau (2010) e Walsh (2005, 2007, 2013), cujas perspectivas são fundamentais para uma compreensão mais profunda da decolonialidade.

Com base nos objetivos deste estudo, o classificamos como uma pesquisa qualitativa. De acordo com Minayo (1994, p. 21), “pesquisas qualitativas abordam questões específicas em um nível de profundidade que não pode ou não deve ser expressa em termos quantitativos”. Seu objetivo é desvendar nuances e complexidades que só podem ser compreendidas por meio de uma análise descritiva e interpretativa.

Como estratégia metodológica, empregamos a pesquisa bibliográfica de Gil (2002):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (Gil, 2002, p. 45).

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica se baseia em recursos já disponíveis, tais como livros e artigos científicos. O objetivo é rever e examinar o conhecimento já existente, possibilitando um entendimento profundo e crítico do assunto, sem a exigência de coleta de novos dados.

Contudo, o nosso contato com a questão da decolonialidade começou através de leituras detalhadas, com o intuito de entender suas relações com o ambiente educacional. Com essa fundamentação, progredimos para uma análise crítica que destaca a relevância da decolonialidade na formação de professores, sugerindo práticas de ensino inclusivas.

O pensamento colonial, que emergiu na Europa no século XV, consolidou-se como uma estratégia para validar ações e perspectivas europeias, estabelecendo a Europa como o centro e ponto de referência mundial, ao mesmo tempo em que desvalorizava outras nações.

De acordo com Mignolo (2007), a colonialidade simboliza o "lado obscuro" da modernidade, estabelecendo-se como um sistema de dominação que vai além do

colonialismo formal. Esta lógica de poder rompe limites da ocupação territorial; ela se aprofunda nas esferas do conhecimento, do poder e da existência, conforme ressaltado por Quijano (2005). Portanto, a colonialidade atua de maneira sutil e constante, influenciando relações sociais, epistemológicas e identitárias, e perpetuando desigualdades que ultrapassam os limites coloniais.

As próprias vítimas dessas disparidades sociais e educacionais questionam se suas vozes são realmente ouvidas, ou se continuam a ser percebidas apenas como resultados das desigualdades históricas que enfrentam, e não como agentes de mudança. Paulo Freire (1987, p. 32) afirma que "ninguém tem uma percepção mais apurada da opressão do que aqueles que a sofrem."

Resultados e Discussões

No Brasil, a visão decolonial tem ganhado destaque, com vários grupos de pesquisa investigando suas dimensões e promovendo um debate cada vez mais significativo. Nota-se um aumento considerável na produção acadêmica sobre este tema, particularmente nos campos das ciências sociais e educação, expandindo a compreensão e implementação dos princípios de justiça social e inclusão no nosso ambiente educativo e social.

Arroyo (2018) discute de forma crítica o modelo de igualdade que, em vez de incluir, promove a segregação e a exclusão. O autor ressalta que essa perspectiva abissal que ignora e nega a compreensão dos que estão "do outro lado", sacrifica milhões ao rotulá-los como desiguais e sem importância.

Para Catherine Walsh (2007), a interculturalidade crítica, está intimamente ligada à visão decolonial. A autora sugere um plano político que procura novas formas de poder, conhecimento e existência, questionando as estruturas coloniais. Assim, a educação deve estabelecer ambientes de reconhecimento e inclusão, onde cada pessoa se perceba como protagonista na mudança social. Assim, define o conceito de decolonialidade:

É assinalar a necessidade de visibilizar, enfrentar e transformar as estruturas e instituições que posicionam de modo diferenciado grupos, práticas e pensamentos dentro de uma ordem e lógica que, ao mesmo tempo, ainda é racial, moderna e colonial. Uma ordem da qual todos de alguma forma participamos (Walsh, 2007, p. 9).

Wash (2007) defende a necessidade de identificar e modificar as estruturas que sustentam uma lógica racial, moderna e colonial, visibilizando e enfrentando hierarquias que marginalizam identidades e saberes não ocidentais. A decolonialidade, nesse sentido, propõe quebrar essas correntes ocultas e confrontar instituições que perpetuam o eurocentrismo.

Esta análise vai além das identificações de questões estruturais, proporcionando a criação de novos conhecimentos que, ao serem integrados ao contexto educacional, intensificam o engajamento com uma pedagogia decolonial. Essa abordagem tem a finalidade de dismantelar hierarquias e fomentar uma educação que seja não só inclusiva, mas também autêntica e emancipatória.

Considerações Finais

Esta pesquisa destaca a relevância de políticas governamentais que promovam uma educação decolonial, capacitando professores para lidar com os desafios de uma educação inclusiva e voltada para a diversidade. Compreendemos que a decolonialidade requer uma abordagem pedagógica que valorize os conhecimentos locais, respeitando a diversidade de vozes e vivências. Este movimento requer uma constante reflexão sobre as estruturas que sustentam a educação, procurando maneiras de libertá-la dos padrões eurocêntricos ainda profundamente arraigados.

Assim, a formação continuada de docentes surge como um espaço fundamental para a elaboração de práticas pedagógicas que aprimorem o entendimento cultural e social dos educadores. Esta metodologia não só aprimora o processo de ensino e aprendizagem como também estimula a desconstrução das limitações coloniais, possibilitando que o saber se transforme em um meio de promoção de justiça e inclusão. Portanto, ao estabelecer uma educação que respeita e incorpora as diversidades culturais, avançamos com segurança em direção a uma sociedade mais equitativa, que reconhece e aprecia o potencial de todos os seus integrantes.

REFERÊNCIAS



ARROYO, Miguel Gonzalez. **Reafirmação das lutas pela educação em uma sociedade desigual?** Educ. Soc., v. 39, n. 145, p. 1098-1117, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/jZgN9bxbKPr8m5SKrNCQr5f/?format=pdf&lang>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas**. RBPAE, v. 27, n. 1, p. 109-121, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19971/11602>

GROSFOGUEL, Ramón. Para decolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 383-417.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. Nepantla. Vistas do Sul, Durham, NC, 1.3, 2000, p. 533-580.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino americanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>

MIGNOLO, Walter D. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil**. Educação e Revistas, Belo Horizonte, v.26, p. 15-40, abril, 2010.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, colonialidad y educación**. Revista Educación y Pedagogía, v. XIX, n. 48, p. 25-35, 2007. Disponível em: https://www.flacsoandes.edu.ec/sites/default/files/agora/files/1265909654interculturalidad_colonialidad_y_educacion_0.pdf